

“Fui começando aos poucos, até chegar ao topo que eu já estou”: a moda e a emancipação feminina presentes no discurso das mulheres atuantes no polo de confecções do Agreste de Pernambuco sob o prisma do trabalho e da análise do discurso

“I started little by little, until I reached the top where I am now”: fashion and female emancipation present in the discourse of women working in the garment manufacturing hub of Agreste de Pernambuco, viewed through the lens of work and discourse analysis

Maria Teresa Lopes¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1490-3641>

Dionísio Tito de Barros Neto²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3531-8153>

DOI: <https://doi.org/10.26563/dobras.v19i47.2026>

¹ Doutora em Design pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com Sanduíche na Université Sorbonne, Paris 1; Professora Adjunta na Universidade Federal de Pernambuco; teresa.lopes@ufpe.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6667848685706302>.

² Mestre em História pela Universidade Federal de Alagoas. Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: dionisiobarros@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3055294080397797>.

[resumo] A pesquisa realiza uma análise crítica da moda, do trabalho e da emancipação de mulheres no polo de confecções do Agreste de Pernambuco. Para tanto, traçamos um perfil histórico do processo da costura, desde as mulheres livres e escravizadas no século XIX até as trabalhadoras da moda na atualidade. Logo, foram ouvidas nove mulheres que atuam no setor de confecção em Caruaru, Brejo da Madre de Deus, Santa Cruz do Capibaribe e Altinho. A partir do discurso dessas mulheres, objetivamos discutir como as três dinâmicas centrais – moda, trabalho e emancipação – se configuram como campos de disputa econômica, social e cultural por justiça social. O embasamento teórico utiliza a teoria feminista de Nancy Fraser (focada em reconhecimento, redistribuição e representação) e o conceito de interseccionalidade, particularmente pela perspectiva de Lélia Gonzalez. A pesquisa busca evidenciar a ambivalência do campo da moda pois, enquanto possibilita às mulheres obterem alguma autonomia financeira e atuarem como capital humano essencial do setor, as experiências dessas mulheres são atravessadas por um contexto laboral de grande precariedade.

[palavras-chave] **Costureiras. Agreste Pernambucano. Emancipação Feminina. Confecção.**

[abstract] This research presents a critical analysis of fashion, work, and women's emancipation in the garment manufacturing hub of Agreste, Pernambuco. To this end, we trace a historical profile of the sewing process, from free and enslaved women in the 19th century to contemporary fashion workers. Nine women working in the garment sector in Caruaru, Brejo da Madre de Deus, Santa Cruz do Capibaribe, and Altinho were interviewed. Based on these women's discourse, we aim to discuss how the three central dynamics – fashion, work, and emancipation – are configured as fields of economic, social, and cultural dispute for social justice. The theoretical framework utilizes Nancy Fraser's feminist theory (focused on recognition, redistribution, and representation) and the concept of intersectionality, particularly from the perspective of Lélia Gonzalez. This research aims to highlight the ambivalence of the fashion field because, while it allows women to achieve some financial autonomy and act as essential human capital in the sector, these women's experiences are marked by a highly precarious work environment.

[keywords] **Seamstresses. Pernambuco's Agreste. Female Emancipation. Garment Industry.**

Recebido em: 05-01-2026.

Aprovado em: 11-06-2026.

Performances de gênero e moda no Agreste pernambucano: uma análise discursiva em busca da compreensão emancipatória

Este artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa de base qualitativa e abordagem subjetivista, em andamento no Centro Acadêmico do Agreste, da Universidade Federal de Pernambuco, por meio da estrutura do Núcleo de Design e Comunicação e do Grupo de Estudos em Formação do Olhar, intitulada “as performances de gênero feminino no campo da moda no Agreste pernambucano e seus argumentos emancipatórios no mundo do trabalho: uma compreensão discursiva”, apoiada, institucionalmente, pelo programa interno de Iniciação Científica da universidade.

A pesquisa tem como finalidade central entender, por meio da análise do discurso foucaultiana, como essas performances, no Agreste pernambucano, relacionam-se ao campo da moda e do design, enquanto espaço de produção de subjetividades emancipatórias ou não, relacionadas ao mundo do trabalho. Essa é uma discussão desafiadora, principalmente partindo desses campos, cujos debates estão muito associados a questões de estilo e aparência. Buscamos, no entanto, construir uma interface entre a moda – como um potencial fenômeno social para a emancipação das mulheres – e o design – como ferramenta intelectual para a compreensão crítica da realidade – a fim de evocar a face progressista dos conhecimentos e da dinâmica que ora são trabalhados. Dessa forma, desejamos compreender se a moda e o design de moda são um campo para a emancipação de mulheres na região Agreste. Logo, esta é a nossa questão a ser investigada.

A partir desse guarda-chuva estruturante, a pesquisa elencou cinco objetivos específicos. Contudo, aqui faremos um corte epistêmico, trazendo apenas um deles, que se ocupa em entender como se organiza, a partir do olhar das performances de gênero das mulheres, o campo da moda no Agreste pernambucano.³

Para a compreensão da realidade das costureiras localizadas na região do Agreste pernambucano a escuta das mulheres que fazem parte dessa cadeia produtiva foi fundamental. Destacamos que algumas das participantes estão inseridas em cidades protagonistas no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, como Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. As cidades de Brejo da Madre de Deus e Altinho, localidade onde algumas entrevistadas residem, embora não tenham um grande reconhecimento fora de Pernambuco a respeito da fabricação de vestuário, são importantes locais da indústria de confecção.

A fala de uma das entrevistadas ilustra bem a dinâmica de trabalho das mulheres inseridas no campo da moda. Trabalhando há mais de 30 anos como costureira, Suzana⁴ afirma que sempre trabalhou em facção e nunca em fabrico. Além do mais, reitera que nunca trabalhou “fichada”, ou seja, nunca foi uma profissional assalariada e assegurada do ponto de vista jurídico. A informalidade é vista com frequência nesse contexto. A maioria das mulheres ouvidas trabalham em casa. E foi por meio das falas das entrevistadas que percebemos a fragmentação da cadeia produtiva.

³ Neste trabalho compreendemos a moda enquanto um fenômeno social e comportamental. Já Design de Moda como uma ação projetual e profissional de construção da moda.

⁴ Todos os nomes apresentados são fictícios para preservar as identidades das mulheres originalmente entrevistadas.

A entrevistada Suzana, ainda comenta que sua produção, vinda de uma contratante de um bairro na cidade de Caruaru, é vendida na feira da própria cidade, mas que essa mercadoria também é enviada para fora.

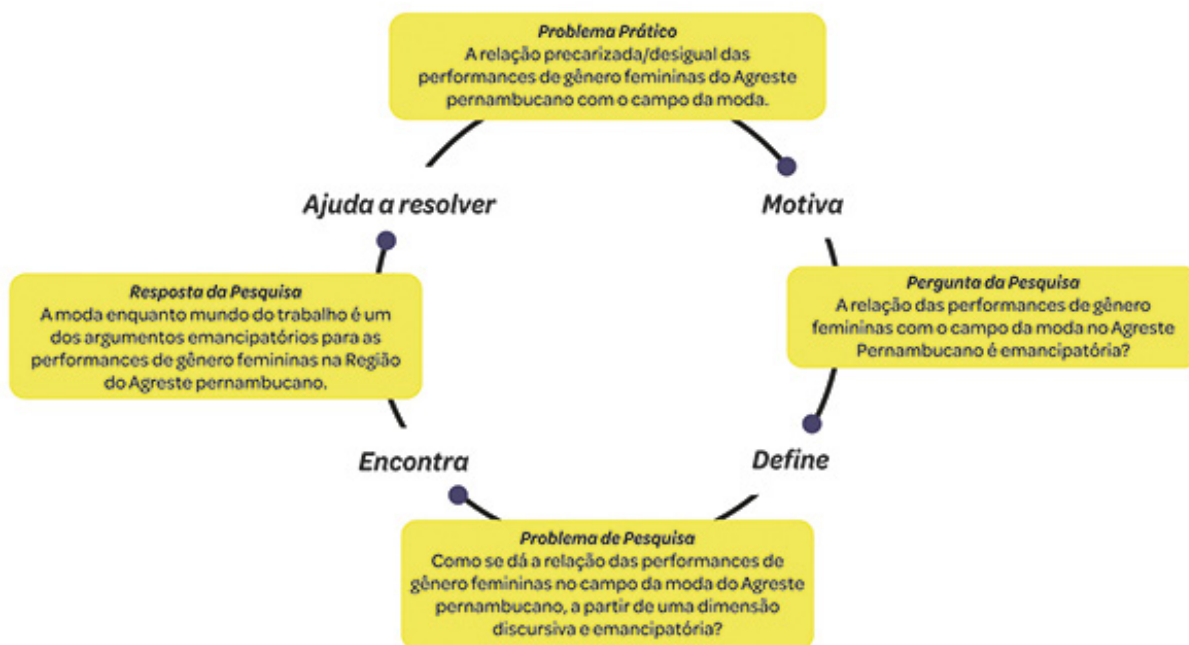
Contexto similar acontece com Ana. Ela também produz para fabricantes. Segundo ela nos contou, o material já chega para ela cortado. Desse modo, ela produz as peças e entrega para o fabricante. Ana conta que só corta as peças quando é para a confecção de vestuário, para ela ou suas “meninas”.

Há 50 anos na profissão, a entrevistada é um reflexo dessa cadeia produtiva que, em sua maioria, está inserida na informalidade e que trabalha no ambiente doméstico, como veremos adiante.

Com base nas falas e atentos ao cenário dessas profissionais da moda que estão na “ponta” da cadeia produtiva e que são invisibilizadas em sua grande maioria, alguns questionamentos foram suscitados.

O gráfico abaixo expõe o ciclo que estrutura o problema de pesquisa e evidencia que ele se origina de uma ordem social precarizada. A partir dela que organizamos a dimensão teórica que trazemos agora:

GRÁFICO 01 - PROBLEMA DE PESQUISA



FONTE: adaptado pelos autores a partir do gráfico proposto por BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. Tradução Henrique A. Rego Monteiro. 2ª Ed. São Paulo, Martins Fontes, 2005, p. 65.

Através do gráfico fica claro que essa pesquisa nasceu de um problema prático, egresso da realidade socioeconômica pautada na moda realizada no Agreste pernambucano. Por meio da sua observação, propomos como problema de pesquisa o entendimento da relação

precarizada/desigual das performances de gênero femininas (mulheres) na região, relacionadas ao referido campo.

Esse problema prático motiva a pergunta da pesquisa: a relação das performances de gênero femininas com o campo da moda no Agreste pernambucano é emancipatória? Essa pergunta define o problema de pesquisa, que aqui é organizado, também, a partir de uma segunda questão: como se dá a relação das performances de gênero femininas no campo da moda do Agreste pernambucano como uma dimensão discursiva e emancipatória? Vem confirmando-se até agora que a moda enquanto mundo do trabalho é um dos argumentos emancipatórios para as performances de gênero femininas na região. Talvez, este dado nos motive a resolver o problema de pesquisa definido anteriormente.

As premissas que justificam a presente discussão consistem na necessidade da produção de argumentos científicos que fomentem a produção acadêmica, ainda incipiente, notadamente, quando se discute o trabalho feminino na moda – precarizado ou não – na região estudada. Entendendo a relação de análise e compreensão quando está baseada no trinômio: moda, emancipação e trabalho. Outro ponto importante que salientamos consiste na necessidade de se combater, no meio acadêmico e fora dele, a circulação de discursos que excluam ou impeçam as mulheres, ou qualquer pessoa que performe o gênero feminino, de atuar com dignidade no mundo do trabalho relacionado à moda.

A emancipação feminina e sua dimensão teórica

A partir do que já foi estudado nesta pesquisa, geramos argumentos que nos fazem compreender por meio de um sentido ampliado que a emancipação das mulheres é um fenômeno social que sugere um processo de conquista de completa autonomia e igualdade para elas, levando em consideração todas as áreas da vida. Aqui destacamos as questões relativas ao que perpassa o campo da moda, numa busca pela superação das limitações impostas por estruturas de poder patriarcais e neoliberais. Assim, podemos falar dessa busca por autonomia como, por exemplo, a que está na esfera econômica e profissional, na corporal e de gênero e na social e política. E se olharmos atentamente podemos entender que a moda constrói significados em todos esses campos, daí a complexidade da nossa argumentação.

Nessa trajetória das mulheres por autonomia, podemos entender que a moda é um espaço de poder e, como tal, sofre as forças estruturais e simbólicas do neoliberalismo e do patriarcado. Paralelamente, a moda também é um espaço de constituição de aparências⁵ e de trabalho e, em ambos, são organizadas inúmeras ações de resistência, notadamente, pelas mulheres no seu processo emancipatório de reivindicação por direitos e liberdade. Nesse contexto, podemos afirmar que a moda estrutura um campo semiótico, uma semiosfera⁶, de dubiedades e negociações quando a intenção é afirmar que ela emancipa as mulheres, denotando um percurso não linear de enfrentamentos e conquistas.

⁵ MAFFESOLLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.

⁶ Definido por Lotman, por analogia ao conceito de biosfera, como o funcionamento dos sistemas de significações de vários tipos e níveis de organização, ou ainda como “o espaço semiótico fora do qual é impossível a existência da semiose”. (1996:24). Cf. LOTMAN, Iuri. *La semiosfera I*. trad, de Desidério Navarro, Madrid: Ediciones Cátedra, 1996.

A moda, nesse local, assume várias condições de vontades de verdade⁷ empreendendo forças significantes, constitutivas e opressoras, de e para as acepções do gênero, do corpo, da raça – como uma construção social e histórica – e da etnia – como uma identificação e pertencimento – das mulheres. Na mão da resistência, a moda, como campo para o trabalho feminino, propõe dispositivos⁸, e acaba se colocando como parte material e subjetiva de uma gramática de reivindicações políticas e feministas, incorporando-se nas lutas por reconhecimento envolvendo as dinâmicas multiculturais, de direitos humanos, autonomia e alteridade.

Entretanto, na arena da teorização do feminismo, podemos pensar a moda como um campo de reconhecimento. Sabe-se que, na contemporaneidade, esse reconhecimento é “um conceito em disputa política por definição, localização no debate e diagnóstico” (Santos, 2020, p.174) e, a partir dele, podemos entender que é importante agirmos rumo ao deslocamento do reconhecimento, do campo da identidade para trazê-lo à pauta dos movimentos sociais – pensamento extraído de Nancy Fraser, teórica crítica do feminismo norte-americano.

Contudo, o que fazer com a dualidade de significação que a moda promove? As constituições discursivas – visual e falada – que colocam a individualidade de um lado e a coletivização do eu do outro. Devemos nos atentar – se a nossa intenção é a discussão do processo emancipatório, ou seja, a face progressista da moda – pois, é por essa brecha que questões como a hierarquização, o individualismo e a reificação – aspectos um tanto neoliberais na moda – passam e contaminam o “ser mulher”.

A partir desse guarda-chuva estruturante, sob a égide do trabalho feminino, pode ser uma das formas de se questionar a dominação estrutural do capitalismo, pois sob o prisma da política feminista, o trabalhar das mulheres na moda se organiza como uma dimensão de reconhecimento, juntamente com uma de redistribuição, a partir do pensamento de Fraser (1998). Levando em consideração que “o reconhecimento assim, deve partir de uma gênese social e não psicológica e identitária, a luta deve abarcar antes respeito do que estima”, (Santos, 2020, p. 175). Assim, entendemos que o trabalho de mulheres pode ser uma das formas de tomada de consciência em relação às suas condições de vida, seus estigmas e opressões. Contudo, tomando a realidade do trabalho da moda no Agreste pernambucano, nem sempre este se concretiza como um processo de consciência nos moldes da teoria feminista acadêmica.

⁷ O termo *vontade de verdade* tem seu ponto central no fato de que ela é algo diferente de verdade. O autor dirá, então, que “... creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. Cf. FOUCAULT, Michael. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 dezembro de 1970/ Michael Foucault; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 23 edição São Paulo: Edições Loyola, 2013, p. 17.

⁸ O termo, tanto no uso comum quanto no foucaultiano, parece remeter a um conjunto de práticas e mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) que tem o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito mais ou menos imediato. Cf. AGAMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo?* Tradução de Arlenice da Silva. São Paulo: Edições SESC SP; Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2014, p. 32.

Dessa forma, abrem-se vários questionamentos: será que podemos articular a moda como um dos aspectos para a justiça social⁹ às mulheres? Seria isso uma utopia? Será que a moda e a discussão do seu papel social, em destaque o trabalhista, não seria uma forma de encontrar um local de respeito, autonomia e igualdade?

Certamente, entre “sins” e “nãos”, abre-se um leque imenso de suposições, mas aqui acreditamos que isso dependerá do corte de significação que daremos em nossas respostas, notadamente, se o fizermos a partir do conceito de interseccionalidade¹⁰, e do entendimento de que há uma dimensão de gênero, de raça e de classe que atravessa e determina todo o nosso contexto, pois nesse aspecto, pode se incorporar o entendimento de que há uma relação inseparável entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado que o campo da moda terá que reordenar para abrigar essa dimensão da justiça social.

Para nós, o conceito de interseccionalidade é extremamente importante no contexto do Agreste pernambucano, notadamente, se trouxermos o olhar de Lélia Gonzalez, que prevê a soma que existe quando as opressões de raça, de gênero e de classe social são impostas às mulheres, em destaque às negras e, acrescentamos, às periféricas. A autora demonstra que essas categorias de opressões operam de forma simultânea, estrutural e mútua na sociedade brasileira, produzindo experiências singulares para as mulheres, especialmente, negras.

Na realidade do Agreste pernambucano, a ascendência feminina de mulheres oriundas de povos indígenas e quilombolas é grande e as heranças históricas de injustiça social e marginalização desses povos prevalece até hoje. Logo, mesmo que as mulheres sejam atravessadas pela opressão de gênero, no caso das mulheres negras, há outros atravessamentos: de raça e classe social.

O posicionamento dos sujeitos na cadeia produtiva da moda é visto por Ivana Garcia com algo relacionado com a classe social, a raça e o gênero. Uma vez que para a autora, a localização dos sujeitos no eixo global tem uma relação direta com a remuneração é um “bom posicionamento” dentro do universo da moda.

A pesquisadora afirma que alguns países europeus, além dos EUA, Japão e Coreia do Sul, por exemplo, são locais de desenvolvimento de tecnologias. Por lá, são criados novos produtos ou coordenadas as cadeias de produção. Garcia destaca que esses cargos de liderança são ocupados, em sua maioria, por homens brancos de localizações consideradas centrais ou desenvolvidas. Ao passo que na fragmentação da cadeia, na “ponta da cadeia”, estão, segundo a autora, sujeitos não brancos ou negros que ocupam postos de trabalhos degradantes. Ainda segundo Ivana Garcia, “nas pequenas empresas e oficinas predomina a mão de obra feminina” (Garcia, 2018, p. 47).

⁹ O termo Justiça Social aqui é usado de forma ampla, inclusive abarcando as perspectivas do feminismo negro, mas sem deixar de lado a definição de Nancy Fraser, no sentido de luta pelo fim da subordinação social de forma que todos possam ser vistos como pares (paridade de participação) nos diversos campos da vida e que possamos superá-la – subordinação social – ao invés de valorizar as identidades grupais. Abarcando uma prática social que leve a demanda por justiça e pelo fim das opressões. Pois assim, entendemos que a luta por justiça social é uma parte central da emancipação feminina e deveria fazer parte das relações do trabalho feminino na moda.

¹⁰ Crenshaw, (1989); Gonzalez, L. (2020).

As afirmações da autora supracitada convergem com os achados da pesquisa. Com base nas entrevistas, percebemos que as facções são majoritariamente compostas por mulheres – essa é uma realidade do setor de confecções aqui estudado. Contudo, vale destacar que, embora os contextos sejam parecidos e que por vezes as opressões sejam similares, cada mulher, inserida em um contexto sociocultural, irá experienciar o ser mulher de uma forma única. As experiências aqui relatadas através das entrevistas não são, de modo algum, percebidas como homogêneas.

A interseccionalidade, conceito teórico aqui utilizado, é também uma ferramenta de análise que nos ajuda a compreender essas mulheres agrestinas, de herança indígena e quilombola, que lutam por sua emancipação a partir do lugar que ocupam no campo da moda, mas o fazem de uma maneira nada consciente e subjugada; elas trabalham e resistem à crueza da tríade: patriarcalismo, neoliberalismo e racismo estrutural produzindo produtos de moda para sobreviver. Nesse contexto, elas sofrem “um processo de subordinação social por meio da institucionalização de determinado padrão valorativo que impede a paridade de participação no lugar de promovê-la” (Santos, 2020, p.176).

Para contribuir com a nossa discussão, além dos conceitos de redistribuição e de reconhecimento de Fraser (1998), Santos (2020) nos ajuda a introduzir nesse diálogo o conceito de representação, quando nos diz que a autora:

“... tornou a representação como a terceira categoria fundamental à justiça paritária, fazendo com que a noção de paridade atravessasse o reconhecimento, a redistribuição e a representação, ou seja, não é apenas um conceito econômico e cultural, mas também político, cruzando esses três níveis de relações sociais” (Santos, 2020, p.176).

Com base nessa episteme, concluímos que a moda é uma disputa discursiva pela interpretação das necessidades sociais e, nesse palco, as mulheres são uma grande parte no campo do trabalho de moda, mas isso não garante a sua representação. A moda é um tipo de opinião pública que tem o imenso poder transformativo da ordem vigente, pois induz a mudança por meio da adoção e do uso do novo, em artefatos e em subjetividades, e por isso é de suma importância no processo emancipatório feminino. Contudo, ela também é uma estrutura que gera uma eterna disputa por representação – política, inclusive – que se articula em meio a muitas forças significativas; aqui destacamos duas que geram padrões valorativos/ tendências de moda importantes: de um lado as expectativas do olhar masculino e todo o potencial machista e patriarcal que ele carrega e, de outro, as necessidades femininas reais e suas demandas por liberdade e direitos.

Assim, podemos concluir que a moda contemporânea é uma dimensão dialética da sociedade, um palco de disputas discursivas e ideológicas, no que tange à emancipação feminina, pois a moda corresponde a um tipo de institucionalização da aparência enquanto ação de um

discurso visual¹¹ e na mesma mão, campo de trabalho para as mulheres. Podemos entender a moda nessa dualidade de sentidos, que, por um lado, oferece às mulheres um espaço para elas trabalharem, e por outro, consiste em uma decantação da ideologia capitalista, patriarcal e racista. Assim, a moda pode ser entendida como uma política de interpretação das necessidades femininas, pois a moda abarca tanto esferas de significação culturais quanto econômicas.

Desse modo, entendemos que para haver emancipação feminina por meio do trabalho na moda, além do ato de trabalhar, acreditamos que devemos lutar para existirem outras articulações institucionais, políticas, culturais e sociais que permitam a ocorrência dos três conceitos que Fraser (1998) nos traz: o da redistribuição, da representação e do reconhecimento, contudo, diante da realidade do Agreste pernambucano, acrescentamos mais um, que é o da interseccionalidade, pois ele dá o corte de realidade que de fato encontramos na vivência atual e histórica dessas mulheres, incorporando ao nosso discurso o combate ao racismo, a consciência de classe e a discussão das questões de gênero pelo viés feminista, para que, além de entendermos as negociações necessárias que viabilizam os processos emancipatórios, possamos também falar em moda como um campo propício à justiça social.

Metodologia e algumas análises

Assim, para a realização da nossa pesquisa foi traçada uma metodologia de abordagem subjetivista e base qualitativa para aproximação, coleta e análise dos dados. Ela apresenta como corpus nove mulheres que trabalham no campo da moda no Agreste pernambucano, divididas por perfis profissionais. No caso aqui apresentado, as falas são, em grande maioria, das costureiras, mas também entrevistamos uma gerente e uma trabalhadora do setor de acabamento – cujos discursos foram coletados e analisados. Elas atuam nas cidades de Caruaru, Brejo da Madre de Deus, Santa Cruz do Capibaribe e Altinho. A escolha dessas cidades coincide com o local de residência dos alunos do Grupo de Pesquisa, proporcionando o acesso mais fácil à informação.

Trazemos como método de coleta de dados as entrevistas semiestruturadas em *snow ball*, que foram realizadas entre março e maio de 2025, e para a crítica dos atos

¹¹ “(...) tomando-se Foucault como referência, começa a ser definido como todos os demais discursos, ou seja, como um ato humano para a sistematização de um organismo de significados, que para existir ancora-se em um campo de poder simbólico disciplinar e sobre os sombreamentos prováveis e possíveis com os demais campos. Esse tipo de discurso se caracteriza ainda, assim como os não-visuais, por envolver-se em uma vontade de verdade que é ideológica e às vezes política, e revela, como argumento de diferenciação dos não-visuais, a condição de que a sua manifestação é aparente e por decantação de ideologia em aparência. Outra condição essencial é que a sua vontade de verdade se estabelece no engaste das forças de poder que se instalam entre dois argumentos simbólicos: a materialidade (objetual) e as correntes espirituais (subjetividade). Os discursos visuais requisitam para os seus acontecimentos a percepção por estímulo visual, seus comentários, e estão sob uma ordem ritualista, e por sujeição. Contudo, esse acontecimento é uma ação que é a essência e a existencialidade desse discurso. Trata-se de um espaço subjetivo no qual se concentra uma enorme potencialidade para ações e esforços formadores” (Lopes, 2014, p. 57).

de fala coletados, foi utilizada a análise do discurso de base foucaultiana, visto que ela nos permitiu a compreensão das dinâmicas de poder e de vontade de verdade presentes nas falas das entrevistadas, relacionadas à questão da emancipação. Os dados aqui tratados e apresentados são oriundos de uma pesquisa exploratória que favoreceu também um mapeamento introdutório da cadeia produtiva da moda na região, realizado pelos alunos e alunas do Curso de Design da UFPE: João Pedro, Eveli Silva, Wendy Dias, Leticia Isabel, Mayara Leal, Railane Silva, Barbara Nunes e Dionísio Neto. Nesta fase da pesquisa, os alunos foram responsáveis pela coleta de dados (entrevistas e mapeamento), transcrição do material e pré-análise das falas, com o apoio da orientação para a estruturação teórica do artigo.

Desse processo, obtivemos como resultado de pesquisa, o entendimento inicial dos postos de trabalho que encadeiam a produção de moda e do qual as mulheres fazem parte, como podemos exemplificar a partir da cidade de Altinho, na figura abaixo:

FIGURA 1: MAPEAMENTO DA LINHA DE PRODUÇÃO DE ALTINHO - PE, 2025



Fonte: SILVA, J.P.F; SILVA, R.B e LOPES M.T. A moda feita pelas mulheres do Agreste pernambucano: trabalho, emancipação e a força da economia criativa. **Colóquio de Moda**, 20., São Paulo. Anais do Colóquio de Moda. São Paulo: ABPEM, 2025.

A partir da figura apresentada e das entrevistas realizadas, foi possível entender, introdutoriamente, que as mulheres estavam presentes em todos os postos descritos, fazendo parte da cadeia produtiva estruturada na região. Elas são atuantes desde a compra de matéria-prima

para o desenvolvimento das peças, massivamente no trabalho da costura domiciliar e nos acabamentos e, por fim, na etiquetagem e comercialização nos pontos de venda em diversas feiras e cidades que conformam o Agreste pernambucano, demonstrando que elas constroem, diariamente, a realidade do ponto de vista do trabalho nas atividades relacionadas à moda.

Esse desenho metodológico nos permitiu compreender, por meio das falas coletadas – que serão abordadas em profundidade mais adiante –, uma parte importante do processo de pertencimento à cadeia produtiva da moda do Agreste, como se dá a atuação dessas mulheres e como o protagonismo ainda é algo a se almejar. Elas estão em todas as áreas, mas é na costura que elas estão fortemente colocadas, evidenciando que a atividade de costura configura-se socialmente como um trabalho expressivamente ligado às mulheres.

O trato com as roupas direcionado às mulheres é antigo, fruto de uma construção social. A costura, o bordado e outras habilidades manuais relacionadas ao campo das aparências eram muitas vezes atribuídas socialmente ao cuidado e às atividades do dia a dia desempenhadas pelas mulheres. Por ser uma habilidade praticada por muitas mulheres, uma vez que fazia parte do cotidiano delas, o trabalho foi ao longo dos anos sendo percebido como uma atividade inserida no universo feminino e muitas vezes sem reconhecimento.¹²

Conforme podemos ver em anúncios de jornais do século XIX, mulheres ofereciam seus serviços para ensinar meninas a bordar, coser, entre outras atividades. As aulas de primeiras letras eram anunciadas, conforme podemos constatar no anúncio abaixo de modo frequente nos periódicos da época.

D Carolina Branca Catanho, viúva do falecido Ricardo Fernando Catanho, de novo avisa no respeitável público que tenciona abrir uma Aula de primeiras letras para meninas, onde pretende ensinar com a perfeição que estiver ao seu alcance ler, escrever, e as principais regras de Arithmetica, coser, bordar e marcar; os pais de famílias que se quizerem utilizar dos préstimos rua do Rosário que volta para o Cabugá' acima referidos da a zungante queiram se dir sia, para se tratar do ajuste (HDB, Diário de Pernambuco, 27/07/1831, n. 159).

No século XIX, a presença de mulheres brancas nas ruas, principalmente na primeira metade dos oitocentos, era pouco notada.

A costura, assim como o bordado e outras atividades relacionadas a mulheres “honradas” se dava no ambiente privado. Guardando as devidas proporções para que não cometamos nenhum tipo de anacronismo, percebemos algo semelhante com as mulheres inseridas na indústria da confecção do Agreste pernambucano: boa parte das mulheres ouvidas nos contaram que trabalham em casa, administrando seu tempo entre o trabalho e a administração da casa.

¹² Cf. MONTELEONE, Joana de Moraes. **O circuito das roupas: a corte, o consumo e a moda** (Rio de Janeiro, 1840-1889). 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

O ofício da costura como um trabalho socialmente feminino numa perspectiva histórica e social

Diante do que já foi exposto, e da indicação de que a costura é um trabalho expressivamente ligado às mulheres, compreendemos a relevância de fazer um traçado histórico da costura sob a dimensão do trabalho das mulheres no Brasil para, assim, entendermos o fenômeno estudado hoje na região do Agreste pernambucano.

Aprender a costurar, bordar e outras atividades domésticas, no Brasil do período colonial e imperial, eram associadas ao universo das mulheres. De um modo geral, elas aprendiam esses ofícios, fossem princesas ou “plebeias”.

Sobre as mulheres negras do século XIX, recaíam vários estigmas sociais. Assim, é imprescindível que se tenha um olhar interseccional nesta pesquisa, a qual contempla um recorte racial e social. As reflexões suscitadas por Lélia Gonzalez rompem barreiras temporais e geográficas, fazendo com que possamos pensar nos lugares ocupados por mulheres negras em diferentes contextos e temporalidades, inclusive nos oitocentos. Ao suscitar a reflexão acerca da posição das mulheres no mercado de trabalho e como, por vezes, o termo “mulher” pode encobrir problemas que são atravessados pela questão de raça. É nesse sentido, que a intelectual e ativista nos faz refletir sobre qual mulher estamos falando (Gonzalez, 2020). Lélia Gonzales nos faz discorrer sobre a divisão do trabalho, na qual os negros, principalmente as mulheres negras, são colocados num lugar de subcategoria (Gonzalez, 2020). Assim, não há como não pensar nas relações de trabalho, no século XIX, por meio da forte ligação com a questão racial. Tais questões precisam ser abordadas, também, como forma de compreender quem eram as mulheres que desempenham o ofício da costura como uma forma de garantir o sustento.

As ruas eram “destinadas” às mulheres pretas. A urbe só era ocupada pelas mulheres “honradas” (mulheres brancas) em dias de festas católicas ou em dias normais quando acompanhadas por alguém. Logo, frequentar as ruas fora dessas condições tornava possível “manchar a honra”. Dessa forma, cabia às mulheres brancas a reclusão, enquanto as negras ficavam marcadas pela “promiscuidade” do circular cotidiano nas ruas.

De uma forma geral, destaca o historiador Marcus Carvalho, qualquer que fosse a classe social, uma mulher estava abaixo dos homens pertencentes à mesma classe. Ainda de acordo com Carvalho (2003), a posição social das mulheres dependia, grosso modo, dos homens da sua família. Era dessa forma que atuava o patriarcado no século XIX: a honra e a autonomia não caminhavam lado a lado, pelo contrário.

No caso da costura, destacamos que as mulheres negras, principalmente as escravizadas, confeccionavam vestes no âmbito domiciliar. Na primeira metade do século XIX, quando a máquina de costura ainda não tinha uma aderência nos domicílios, o ofício da costura era praticado de modo manual e no interior das casas. No caso das escravizadas, dominar as técnicas de costura no período escravagista era um diferencial no “mercado de almas”. Isto fazia com que o domínio dessa qualidade possibilitasse um maior valor agregado às cativas.

Para algumas mulheres, dominar essas técnicas era uma forma de conseguir o seu sustento. Se, por um lado, boa parte das mulheres aprendiam a coser, bordar e dominavam outros ofícios ligados à costura, o que as diferenciavam dentro da sociedade patriarcal, talvez, fosse a monetização desse trabalho.

De acordo com a historiadora Mary Del Priore (2020), o cotidiano das famílias patriarcais era povoado por muitas pessoas. As casas grandes eram, por vezes, repletas de escravizados que executavam vários trabalhos manuais. Ainda segundo a autora, as “Donas”, mulheres de posses e que tinham certo cabedal, pouco frequentavam as ruas cotidianamente. Algo que vai ser alterado após a segunda metade dos oitocentos. Mas, seja nas casas grandes ou nos sobrados modestos, a presença das escravizadas que sabiam confeccionar roupas era algo presente naquela realidade. Não devemos nos esquecer que a escravidão no contexto brasileiro era uma instituição social.

Na época, a rua era vista socialmente como lugar de pessoas pretas, de devassidão, imoralidade e desonra. Neste contexto, cabia às mulheres de “respeito” a reclusão. É neste cenário que as mulheres abastadas, segundo Del Priore (2020), utilizavam seu tempo bordando e cozendo, além de prepararem guloseimas, como doces, bolos e outras receitas.

Como já afirmado, as ruas não eram lugar para que mulheres de “honra” frequentassem, principalmente desacompanhadas de uma presença masculina. Dentre os vários ofícios aqui listados, os que envolviam o universo da produção de indumentária era um dos que mais resguardava as mulheres pobres das ruas, de acordo com o que observamos na pesquisa documental. Pois, a produção se dava nas residências, na intimidade, e não nas ruas. Essas atividades eram exercidas no ambiente doméstico, ou seja, na esfera privada, enquanto o espaço público era tradicionalmente reservado aos homens.

Isto mostra uma segregação de gênero e uma construção social no Brasil do que se esperava que as mulheres fossem e como elas deveriam se comportar. Logo, o ambiente doméstico era “destinado” às mulheres, enquanto o espaço público era voltado aos homens.

Em 27 de maio de 1827, foi veiculado no Diário de Pernambuco o seguinte anúncio na seção de compras: “quem tiver pra vender uma escrava que saiba cozer, engomar, e que não tenha defeito (...)” e dava o endereço para que os interessados fossem lá. (HDBN. Diário de Pernambuco, 27/05/1827, n. 67A). Já em anúncio de compra, o interessado desejava “uma mulata, ou crioula, sem vícios algum, que seja bem parecida, saiba cozer e engomar, de idade de 20 anos pouco mais ou menos [...]” (HDBN. Diário de Pernambuco, 21/05/1830, n. 387).

Em outro anúncio, o comprador dava os critérios que desejava: “uma crioula de 18 a 20 anos sem vícios nem moléstia, sabe coser xão, lavarintos, engomar liso, arranjar uma casa, tratar de crianças, cozinhar o comum e fazer alguns doces [...]” (HDBN. Diário de Pernambuco, 30/09/1830, n. 488). Um conteúdo similar havia sido veiculado um ano antes, o que demonstra certo padrão de procura de mulheres escravizadas. Nele, o interessado procurava por “uma escrava mulata ou crioula, que não tenha mais de 22 anos de idade, que saiba coser, engomar e tratar do arranjo de uma casa [...]”. (HDBN. Diário de Pernambuco, 06/02/1829, n. 29). Anúncios de compra e venda desta natureza não são raros nos periódicos da época, principalmente no Diário de Pernambuco. Cabe aqui destacar que nas páginas dos vários periódicos do século XIX pessoas escravizadas eram colocadas à venda, além de serem palco de intenção de compra. Pessoas submetidas a escravidão partilhavam das mesmas linhas dos periódicos da época, juntamente com animais, terrenos, objetos e outros bens móveis e semimóveis.

É nítido, por meio da documentação abordada, que as escravizadas acumulavam funções: coser, cuidar de uma casa, cozinhar o comum (o básico), fazer doces etc. Em alguns casos, além das funções citadas, elas ainda faziam comércio nas ruas da produção de doces feitos no ambiente doméstico. Isto demonstra como o ofício da costura socialmente se deu no contexto brasileiro, aliado a outros afazeres.

Em outra mão, nessa sociedade escravocrata, as aulas particulares ensinavam “ofícios da aparência” às meninas. Por exemplo, na Rua do Rosário, defronte à esquina do peixe frito, era possível encontrar aulas para meninas. A senhora que noticiava este anúncio afiançava com todo o cuidado da sua parte e convidava os pais de família que tinham interesse que suas filhas aprendessem a ler, escrever, contar, aprender a gramática portuguesa, e toda a qualidade de costura (HDBN. Diário de Pernambuco, 12/01/1831, n. 08).

Como abordado sobre a construção social da rua e sua carga simbólica no século XIX, principalmente na primeira metade, as aulas particulares e a presença dos pais das meninas nesses ambientes davam certa credibilidade aos ensinamentos oferecidos em anúncios. Devemos lembrar, aqui, que as mulheres brancas e com certo cabedal não andavam desacompanhadas, além de que a “honra” da professora não poderia ter “origem duvidosa”.

Trouxemos esse recorte temporal para evidenciar que a domesticidade da costura é histórica no Brasil e, em grande parte, feita por mulheres escravizadas e brancas pobres. Embora tenhamos séculos de distância entre às mulheres do século XIX e as costureiras ouvidas nesta pesquisa, podemos observar rupturas e permanências.

As costureiras nos oitocentos, assim como nos dias de hoje, são mulheres invisibilizadas. Mas, podemos enxergar avanços, um deles é a profissionalização. Conforme destaca Isabel Tormes, as residências, tanto no século XIX quanto na contemporaneidade, não são percebidas como locais de trabalho. Logo, a costura era e é vista como uma atividade “natural” e cotidiana das mulheres.¹³

O tempo que separa essas mulheres é um tempo que incorporou o trabalho e a rua a uma expressão de vida digna para as mulheres, e fez com que na atualidade, as costureiras da região Agreste pernambucano fossem entendidas como profissionais, trabalhadoras e, com isso, conquistaram certa autonomia e emancipação.

Apesar disso, é preciso se fazer um paralelo crítico com relação a dimensão social da domesticidade da costura na atualidade, pois, ela ainda carrega consigo a possibilidade de o acúmulo de funções como trabalhar/costurar, cuidar da casa, do marido e dos filhos, dinâmica que grande parte das costureiras do Agreste vivencia diariamente. Elas trabalham no âmbito doméstico e muitas fazem isso com base nas suas próprias escolhas ou nas perspectivas de vida que lhes é oferecida, enquanto sujeitas históricas, mas o peso de um passado escravocrata, notadamente destinado às que eram marginalizadas, encontra sentido nos dias de hoje, por exemplo, na baixíssima remuneração da sua produção, fazendo com que elas exerçam jornadas exaustivas de trabalho para sobreviverem, e na falta de reconhecimento do seu valor como trabalhadora, entre outras tantas agruras.

¹³ Cf. TORMES, Isabel Cristina de Medeiros. **Efetividade de direitos trabalhistas na cadeia produtiva da moda: o trabalho invisível das costureiras**. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/46540>. Acesso em 26 mar. 2026.

Alinhavando autonomia e tecendo renda: o polo de confecções pernambucano e as mulheres na centralidade da produção

Para entender o nosso contexto social e econômico é preciso dizer que as cidades de Toritama, Santa Cruz e Caruaru contribuem para a economia do estado de Pernambuco com um montante médio de R\$ 5 bilhões por ano, de acordo com os dados do Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confeção de Pernambuco (NTCPE). Tamanha movimentação econômica tem um efetivo protagonismo no cenário econômico não só no estado, como no cenário nacional. Porém, pouco se fala sobre quem está na ponta dessa cadeia produtiva bilionária: as costureiras. Muito embora tenhamos homens nas linhas de produção, dados como os da pesquisa realizada na cidade de Caruaru com costureiros sobre sintomas osteomusculares, indicou 83,5% de mulheres entre os entrevistados formais. Além da pesquisa, a literatura, conforme será destacado adiante, aponta que as mulheres são as mais atuantes neste segmento, especialmente nas fábricas e oficinas domésticas.¹⁴ Vale frisar que os sujeitos ouvidos na pesquisa citada estavam inseridos no ambiente de trabalho formal, ou seja, não eram profissionais informais.

Segundo um estudo da ONU, “Mulheres na Confeção - estudo sobre gênero e condições de trabalho na Indústria da Moda”, as mulheres estão inseridas na cadeia produtiva do universo da moda de forma efetiva. O estudo destaca que essas mulheres estão, principalmente, presentes no plantio e colheita da matéria prima.¹⁵ Embora não tenhamos o plantio e colheita de materiais essenciais para a confecção de vestuário no Agreste pernambucano, tal como o algodão, as mulheres estão presentes de forma preponderante no campo da confecção.

Muitas dessas mulheres, motivadas pelo crescente mercado de confecção, enxergam nessa atividade laboral um caminho para autonomia financeira. O investimento considerado baixo faz com que cada vez mais cedo as mulheres sejam inseridas nessa indústria. Uma das entrevistadas, Suzana, afirma que começou a trabalhar aos 15 anos.

A costureira entrevistada na cidade de Caruaru, Maria, afirma que comprou duas máquinas de costura e começou seu pequeno negócio em sua própria casa, e vivencia uma jornada exaustiva de trabalho. É por meio da confecção que ela sustenta a sua família.

O primeiro contato com as máquinas de costura se dá muito cedo na vida dessas meninas que veem suas mães e avós inseridas no universo da confecção. O caso citado é um claro exemplo da relação de ambiência doméstica e feminina. As entrevistadas desta pesquisa são costureiras que também acumulam funções no âmbito doméstico, cuidam dos filhos, desempenham atividades do lar e trabalham em suas máquinas de costura.

¹⁴ Cf. GONÇALVES DE MOURA, Wycara Juliany et al. Ocorrência de sintomas osteomusculares e fatores associados à profissão de costureira no município de Caruaru/PE. *Fisioterapia Brasil*, v. 19, n. 3, 2018. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/09/912720/ocorrencia-de-sintomas-osteomusculares-e-fatores-associados-a-p_GI7tGs6.pdf. Acesso em: 17 mar. 2026.

¹⁵ Cf. ONU Mulheres. Mulheres na Confeção - Estudo sobre gênero e condições de trabalho na Indústria da Moda. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/8556>. Acesso em: 10 mar. 2026.

Por meio da facção doméstica – um tipo de produção no qual as pessoas inseridas no segmento de confecção do vestuário transformam suas residências em uma “mini fábrica” – essas mulheres tiram o sustento das suas famílias, além de lidarem com os afazeres domésticos e o trabalho de confeccionar.

Uma das nossas entrevistadas, Ana, afirma que uma das coisas que mais gosta no seu trabalho é a disponibilidade em fazer seu próprio horário. Imersa também nesse sistema de produção em série, Júlia, outra costureira, considera a sua forma de trabalhar como algo positivo. Pois, a administração do tempo, como ela destaca, é algo considerado benéfico.

Para obter um valor suficiente para viver com dignidade essas mulheres têm que trabalhar por horas, muitas vezes passando longos períodos de tempo sentadas, ocasionando uma série de problemas de saúde, tais como: dores lombares, cervicais e nos ombros. Estes problemas são causados principalmente pela postura inadequada, pelo tempo em excesso que elas permanecem frente às máquinas de costura, esforços repetitivos e ergonomia deficiente.

O discurso produzido pelo neoliberalismo viabiliza que trabalhadores em situações degradantes se percebam como gestores do seu tempo. Percepção similar entre os motoristas de aplicativos, por exemplo, que se percebem dessa maneira. Mas não concebem a si mesmos como sujeitos explorados. Essa analogia se baseia em estudos sobre a uberização e a precarização do trabalho na economia de plataforma que demonstram a introjeção da ideologia neoliberal de autogestão do tempo em trabalhadores informais, mesmo em contextos de alta vulnerabilidade e ausência de direitos. (Tormes, 2025).

Guardando as devidas proporções, o comparativo estabelecido entre as costureiras e motoristas de aplicativos diz respeito ao processo de precarização do trabalho e falsa ilusão libertária. Embora as costureiras ainda não estejam inseridas dentro do universo da economia compartilhada, ou do consumo colaborativo, tanto as costureiras ouvidas por essa pesquisa, como os motoristas de aplicativos estão inseridas no universo da precarização do trabalho, sem acesso a direitos trabalhistas e de seguridade.¹⁶

Para Ana, o trabalho permite alguma independência, isso se concretiza, segundo ela, pelo fato de poder sair para resolver algo sem que seja necessário pagar ou justificar a alguém. A fala da entrevistada reforça a ideia que o sistema neoliberal introjeta na classe trabalhadora. Por mais que haja uma flexibilização do trabalho, Ana não é assegurada por nenhum direito previdenciário, por exemplo. De acordo com a fala de Ana, ela percebe sua atividade laboral como flexível e libertadora. O que faz com que ela crie uma falsa ilusão a

¹⁶ Cf. BIANCHI, Sabrina Ripoli; MACEDO, Daniel Almeida de; PACHECO, Alice Gomes. A uberização como forma de precarização do trabalho e suas consequências na questão social. *Revista direitos, trabalho e política social*, v. 6, n. 10, p. 134-156, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/112554214/A_Uberiza%C3%A7%C3%A3o_Como_Forma_De_Precariza%C3%A7%C3%A3o_Do_Trabalho_e_Suas_Consequ%C3%Aancias_Na_Quest%C3%A3o_Social. Cf. PINHEIRO, Silvia Silva Martins; SOUZA, Marcia de Paula; GUIMARÃES, Karoline Claudino. Uberização: a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Serviço Social em Debate*, [S. l.], v. 1, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/serv-soc-debate/article/view/3923>. Acesso em: 5 mar. 2026. ROMÃO, Renata Maldonado Silveira. Uberização das relações de trabalho = Uberization of work relations. *Revista do Tribunal do Trabalho da 2ª Região*, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 138-151, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://basis.trt2.jus.br/handle/123456789/17235>. Acesso em: 5 mar. 2026.

respeito da produtividade. Contudo, assim como os motoristas de aplicativo, Ana é refém da sua produtividade. Por mais que ela possa, no horário de trabalho estabelecido por ela, sair da sua residência para resolver algo, em caso de doença Ana não estará amparada. Além disso, a sua produtividade implica no seu retorno financeiro.

Se, por um lado, isso possibilita certa flexibilização do trabalho, por outro, há uma sobrecarga por meio do acúmulo de tarefas que as costureiras enfrentam cotidianamente em suas casas.

Uma das entrevistadas, Cristina, afirma que tenta organizar seu tempo da melhor forma. Ela estabelece um horário para seu trabalho e outro para as tarefas domiciliares. Isto faz com que, segundo ela, seja possível estabelecer melhores prazos dentro do seu próprio ritmo de trabalho.

A pesquisadora Renata Milanês afirma por meio da sua pesquisa de doutorado que, atualmente, o que costumamos chamar, em alguns casos, de empreendedorismo, no contexto do Polo de Confeções de Roupas do Agreste Pernambucano pode ser classificado como a cultura do “trabalhar sem patrão”.¹⁷ As conclusões obtidas pela pesquisadora são percebidas nas falas das mulheres ouvidas por nós, como destacado acima na fala da entrevistada Cristina. Ainda de acordo com Milanês, a ideia de autoridade perante a administração do tempo de trabalho no polo de confecções é um dos elementos mais marcantes e característicos do polo. A pesquisadora chega a tal afirmação compreendendo algumas trajetórias de indivíduos inseridos em empreendimentos de pequeno, médio e grande porte inseridos na confecção e no comércio de vestuário.

O gerenciamento do tempo é um dos pontos destacados por essas mulheres. Ao ter um ritmo de trabalho intenso, as costureiras entrevistadas precisam ter um gerenciamento dele para que possam administrar o trabalho, vida pessoal e família. Maria comenta: “faço meu horário e tiro um tempinho pra cada coisa”. Para ela, é fundamental definir seu próprio ritmo de trabalho, pois tudo tem prazo. Ao ser questionada sobre o que mais gosta ou o que menos gosta na sua atividade laboral, Maria afirma que gosta quando está terminando; já o que menos gosta é o volume de trabalho porque, segundo ela, é “muito puxado”. Em muitos dos casos, esse “muito puxado” diz respeito a horas de trabalho sentadas em uma mesma posição. A alta produtividade, em alguns períodos do ano, demanda que essas mulheres passem muitas horas em frente às máquinas de costura.

A longo prazo, as atividades repetidas e sem adequação no local de trabalho aos quais as costureiras se submetem podem resultar em Lesões por Esforço Repetitivo ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/DORT). Um estudo feito na cidade de Caruaru demonstrou que os costureiros, 90,1% dos entrevistados tinham jornada de trabalho superior a 8h por dia. Vale destacar que os entrevistados pela referida

¹⁷ Cf. MILANÊS, Renata B. “Todo mundo aqui quer ser patrão”: pernambucanizando o empreendedorismo no Polo de Confeções de Roupas do Agreste. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/9443> Acesso em: 17 mar. 2026.

pesquisa dizem respeito a costureiros, homens e mulheres, sendo estas a maioria. Todos eram trabalhadores de empresas, ou seja, não eram autônomos.¹⁸

A maioria das entrevistadas na presente pesquisa são mulheres que trabalham em suas residências. A casa, seja no século XIX ou na atualidade, tem um papel importante na produção do vestuário. Embora o Brasil tenha passado por um processo de industrialização, a prática da costura, principalmente, nas cidades pequenas, ainda tem como “chão de fábrica” as residências. Lá, as costureiras transformam suas salas em ambientes de trabalho, em pequenas fábricas improvisadas.

O aprendizado foi vivenciado nesses espaços domésticos pelas mulheres. A fala de Joana revela isto. Segundo a entrevistada, sua mãe possuía uma máquina de “pé”, modelo manual que utiliza o movimento do pé para o funcionamento da engrenagem. Foi por meio desse artefato que ela começou a iniciar na costura. A experiência de vida de Joana demonstra que o aprendizado se dá, em muitos casos, por meio de práticas cotidianas e sem, necessariamente, a intenção da profissionalização, mas podendo ocorrer também. Ela mesmo nos conta que, às vezes, ao manusear a máquina, a agulha se quebrava, e logo ela a escondia de sua mãe. Por meio da fala, fica evidente que a costura era uma prática passada de modo informal e com certo valor sentimental.

De modo quase predominante, as entrevistadas destacam a participação das suas mães no processo de aquisição de técnicas de costura. Muitas delas aprenderam a costurar vendo suas mães.

Outra entrevistada, Claudia, reforça a ideia de que o saber e a técnica da costura foram passados pela sua mãe, que sempre trabalhou no segmento. Nas cidades em que as entrevistadas moram, a produção de roupas é a fonte de renda principal de muitas famílias. Desde muito novas, essas mulheres estão imersas no contexto da costura.

As falas de algum modo se conectam, embora algumas dessas mulheres não se conheçam, suas trajetórias por vezes guardam semelhanças. O ofício como uma técnica aprendida no âmbito doméstico, com suas respectivas mães, é algo marcante em várias falas. Lúcia, por exemplo, da mesma forma, destaca que começou a trabalhar com sua mãe, que também é costureira.

A entrevistada Suzana ilustra bem o que estamos pontuando: *“costurei muito que aprendi com a minha mãe. Morava num sítio, na época, eu tinha meus 15 anos. E vim pra rua quando me casei, mas foi minha mãe que me ensinou mesmo, e tô aqui até hoje. Nunca fiz curso não.”*

As trajetórias de Soraia e de Suzana se cruzam, de certo modo. Ambas moravam na zona rural e foi lá que aprenderam a costurar com suas mães. Por sua vez, Teresinha destaca as dificuldades que enfrentava e nos conta que tudo o que conseguiu foi fruto da sua profissão, conferindo assim um entendimento, mesmo que de forma muito simples, de que é pelo trabalho com a costura que ela dimensiona sua emancipação.

A ausência de capacitação técnica é outra questão presente na trajetória dessas mulheres. Suzana destaca que não sabe cortar, apenas consertar e costurar. E declara que não

¹⁸ Cf. GONÇALVES DE MOURA, Wycara Juliany et al. Ocorrência de sintomas osteomusculares e fatores associados à profissão de costureira no município de Caruaru/PE. *Fisioterapia Brasil*, v. 19, n. 3, 2018. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/09/912720/ocorrencia-de-sintomas-osteomusculares-e-fatores-associados-a-p_GI7tGs6.pdf. Acesso em: 17 mar. 2026.

“faz moda”, apenas costura. Em sua fala, entendemos que a entrevistada se refere a fazer moda como cortar a peça, processo através do qual ela poderia criar e colocar sua criatividade em prática. A entrevistada ainda destaca que tem muita vontade de fazer um curso, mas que não tem tempo para isso.

A rotina de trabalho dessas mulheres é frenética, não dando “brecha”, muitas vezes, para que participem de cursos. Como o valor que recebem está diretamente ligado à produção executada por cada uma, quanto mais produzem, mais ganham. Contudo, nem todas as entrevistadas estão inseridas de modo informal na cadeia produtiva.

A entrevistada Isabel, que atua em uma fábrica no setor de acabamento, afirma que houve treinamento apenas na primeira semana, mas que não há uma oferta constante desses treinamentos.

Embora o tipo de confecção seja predominantemente *fast fashion*, no polo de confecções há, também, a presença de outros segmentos da moda, tal como a moda festa. Nesse segmento, as peças de roupas passam por um processo de confecção mais lento e detalhado que requer uma mão de obra mais especializada, técnica e criativa.

A entrevistada Claudia demonstra a sua centralidade no meio de produção. Ela modela as peças – fazendo a modelagem plana e moulage – além de bordar crochê de luneville¹⁹. A sofisticação e variedade de técnicas agregam valor ao produto, o que possibilita elevar o preço final e obter maior lucratividade.

O protagonismo feminino fica evidente nas falas das entrevistadas. Na nossa conversa, Claudia nos conta que nunca trabalhou com homens, o que demonstra o predomínio da participação feminina no âmbito da confecção. Para Cintia, gerente de produção de uma fábrica, a presença feminina é inquestionável no ambiente no qual ela atua. Segundo a entrevistada, em datas comemorativas que celebram as mulheres, as salas de produção ficam vazias. O que revela a força produtiva feminina no segmento de atuação da gerente.

Como podemos perceber, nem todas as costureiras ouvidas por nós estão inseridas no ambiente de trabalho doméstico. Algumas delas trabalham em fábricas. A entrevistada Isabel destaca que um dos tipos de incentivo profissional que gostaria de receber consiste em cursos que pudessem aprimorar o trabalho. Como já destacado nesta pesquisa, algumas costureiras iniciaram o ofício a partir dos ensinamentos das suas mães. Uma vez inseridas no mercado de trabalho da moda e conquistando seu sustento por meio de uma produção, muitas vezes, voraz, falta tempo para que essas mulheres procurem por aperfeiçoamento.

Ainda sobre o âmbito de trabalho no meio corporativo, Isabel destaca que o ambiente de trabalho deveria conter um mural para que elas pudessem contribuir com ideias. Talvez, a fala da entrevistada estivesse diretamente ligada ao desejo de que os gestores entendessem a necessidade que ela destaca em relação à especialização da costura, ou até mesmo que houvesse uma escuta mais ativa por parte da empresa.

A entrevistada Cintia, companheira de trabalho de Isabel, destaca também o desejo de treinamentos ou cursos para que possa crescer profissionalmente. Para ela, dominar as novas tecnologias é importante na rotina da fábrica.

¹⁹ A técnica surgiu na França em meados do século XV e consiste em um tipo de bordado refinado que pode utilizar diversos materiais, tais como: lantejoulas, pérolas, miçangas e afins.

As entrevistadas Suzana, Maria e Mariana, dizem que nunca fizeram nenhum treinamento formal sobre assuntos relacionados à costura ou à gestão. Para suprir essa carência, Mariana declara que aprende novas técnicas de costura com outras costureiras e por meio de vídeos no *YouTube*. A troca de informações entre essas mulheres parece ser uma forma de driblar essa carência de informação proveniente de instituições formais de ensino. Nesse quesito, destacamos a participação de Mariana em um grupo de costura do *WhatsApp* como local de troca de experiências entre as costureiras.

A entrevistada Maria também revela que “*troca ideias com pessoas do mesmo ramo*”, mas que não busca informações acerca de novas técnicas de costura. Destaca que é na família que encontra um lugar para conversar sobre o trabalho, os desafios e planos da sua profissão. Sua mãe e irmã compartilham com ela a mesma ocupação, além de declarar que participa de um grupo feito por costureiras e que, nesse espaço, tratam de assuntos relacionados à costura. De certo modo, é nesse lugar que há a possibilidade de uma troca de saberes e aprendizados técnicos a respeito da costura, embora Maria afirme que não busca por informações sobre novas técnicas.

Consideramos que esse espaço, mesmo que não seja um espaço institucionalizado – formal – de aprendizado, tal como uma escola técnica ou afins, são locais de troca, de aquisição de conhecimento e novas técnicas, mesmo que a entrevistada não os perceba como tal.

O motivo para a não realização dos cursos de aperfeiçoamento não fica muito claro: se por falta de tempo ou por falta de recursos financeiros. A falta de investimento é destacada quando Mariana é perguntada sobre o que é preciso para conseguir sua própria facção. Segundo ela, é preciso ter investimento. A entrevistada Maria afirma que pensa em ter sua própria fabricação de roupas, contudo, evidencia a falta de um “bom capital de giro” como um empecilho.

Embora muitas dessas mulheres não tenham tido conhecimento formal sobre a costura, conseguiram, ao seu modo, se inserir neste ramo por meio de uma rede conhecimento, seja ele transmitido pelas suas mães, como já visto aqui, seja de forma autodidata.

A trajetória trilhada por essas mulheres é motivo de orgulho para elas. Mariana considera que uma das conquistas mais importantes em sua vida foi o aprendizado que conseguiu obter ao longo dos anos, assim como conseguir evoluir no seguimento da costura. Porém, destaca as dificuldades que enfrenta nesse ramo. Ao ser perguntada a mesma coisa, Maria não respondeu. Também se manteve em silêncio quando questionada sobre em quais momentos ela mais se sentia no controle da sua vida e do seu trabalho. Os silêncios também são respostas nas entrevistas. Talvez, o silêncio fale sobre como a entrevistada se sente (desmotivada) em relação ao seu trabalho.

Quando perguntada sobre o que dá forças para que ela continue trabalhando, Cintia responde que é a necessidade de ter o seu próprio dinheiro. Como forma de tentar modificar a realidade na qual sua comunidade está inserida, entendemos que a entrevistada percebe que uma das formas de mudar a situação precária das costureiras em Caruaru é por meio da união. Para ela, seria necessário haver uma tabela única de preços a serem praticados por todas as costureiras e que elas, de acordo com a visão da entrevistada, “valorizassem seu trabalho”.

Para Maria, a mudança da situação das costureiras em Caruaru poderia ser modificada na medida em que os fornecedores dessem mais valor ao trabalho feito por elas. O pagamento do preço justo pelo trabalho desenvolvido é um dos pontos da fala da entrevistada.

A valorização do trabalho torna-se fundamental para que essas mulheres tenham jornadas mais dignas e sejam mais bem remuneradas. A jornada exaustiva faz com que elas não gozem de certos momentos com a família, e que deixem, de algum modo, a saúde de lado, em virtude do trabalho exaustivo. Essa exaustão pode ser notada quando perguntamos o que dá forças para que Maria possa continuar. Segundo ela, “o que me dá força a trabalhar nessa condição porque não tenho outro [trabalho] em vista e também porque estou no conforto da minha casa”. A fala da entrevistada escancara a falta de oportunidade e de perspectiva, por um outro lado, e, por outro, a casa representa um certo aconchego. Isto fica evidente quando a entrevistada afirma que está no conforto da sua casa.

Mesmo que em termos teóricos as entrevistadas não tenham conhecimento sobre o que de fato é, e o que representa a emancipação feminina, em termos práticos elas têm esses conhecimentos, pois a experiência e a prática as fazem entender.

Quando a entrevistada Maria foi indagada sobre o que significava para ela ser independente ou ter autonomia, ela respondeu que “ser independente [é] não ter ninguém para mandar na gente e ser dona do seu próprio negócio”. A frase destaca a abrangência da emancipação, seja do ponto de vista pessoal, seja do profissional. E quando indagada se seu trabalho lhe permitia ter alguma independência, Maria afirmou que às vezes sim, demonstrando a precariedade dessa relação.

Alinhavos finais

Assim, podemos fazer nossas considerações finais para este artigo, entendendo que, no caminho percorrido até aqui, buscamos apresentar como protagonistas as mulheres que tanto se dedicam e são pilares centrais na produção de vestuário no polo de confecções, em cidades como Caruaru, Brejo da Madre de Deus, Santa Cruz do Capibaribe e Altinho integram. Ao ouvir essas mulheres, compreendemos as suas nuances, em busca de saber se a moda e/ou design de moda são campos para a emancipação das mulheres no Agreste pernambucano.

No entanto, o que podemos inferir é que essa realidade tem uma dimensão dialética, pois, infelizmente, as teorias feministas fazem falta nesse contexto, visto que não chegam de forma direta/consciente às mulheres aqui trabalhadas, e elas sofrem na pele as agruras do neoliberalismo, com a precarização de seu trabalho, do patriarcalismo e do machismo, uma vez que boa parte dos comerciantes, compradores e negociantes locais é composta por homens. Contudo, devemos apontar que elas não são totalmente desarticuladas chamando atenção, em alguns trechos das falas das entrevistadas, a articulação que elas têm. As costureiras possuem uma rede de contatos entre elas que possibilita a troca de informações, práticas de trabalho, noção e aperfeiçoamento técnico. Como muitas delas não tiveram a oportunidade de obter o aprendizado de modo formal, esses lugares de ajuda mútua funcionam como espaços de troca, de partilha, além de um meio de experiências e de um relativo suporte.

De alguma forma, elas se entendem como trabalhadoras, quando, em alguns momentos, as entrevistadas afirmam que seria por meio de tabelas de preços fixos que teriam como barganhar um ganho maior com os comerciantes locais – isto mostra certa articulação que

pode resultar em benefícios reais para a vida dessas mulheres. Mesmo que muitas não percebam, falas como essa demonstram uma luta coletiva. Muito mais do que compreender a teoria feminista na vivência das mulheres entrevistadas, aqui, buscamos compreender as realidades em que cada uma delas está inserida. Foi possível entender por meio do ofício da costura que essas mulheres buscaram, seja de modo consciente ou inconsciente, suas próprias formas de emancipação.

No entanto, à luz da teoria de Nancy Fraser compreendemos que as instâncias da redistribuição, do reconhecimento e da representação – os três erres – se estruturam como o normativo central que perpassa a Paridade de Participação, lhe conferindo essas três dimensões ao contexto estudado. Do ponto de vista da redistribuição, revela uma má distribuição de renda, ou seja, ocorre uma injustiça redistributiva de recursos e riquezas, resultando, em muitos casos, em pobreza, exploração e privação de uma vida com bem-estar. Dessa forma, entendemos que medidas para a reestruturação econômica e política da sociedade são fundamentais, incluindo medidas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, por exemplo. Já do ponto de vista do reconhecimento, devemos entendê-lo como dimensão cultural para a justiça social e, neste termo, lidamos com o status social dessas costureiras e os padrões institucionalizados de valor cultural que elas têm na sociedade. Podemos afirmar que essas mulheres são desvalorizadas como um componente produtor da cultura de moda da região – elas nem sempre reconhecem o que elas fazem como um conhecimento de um campo tão rico culturalmente, quanto a moda e o design, a maioria se sente fora desse universo. Nesse caso, as lutas por reconhecimento devem buscar a reestruturação cultural, notadamente, a simbólica, visando a eliminação de hierarquias de status e considerando essas mulheres como um elemento humano, feminino e fundamental na cadeia produtiva da moda.

Com relação à representação, entendemos que essas mulheres são relegadas a uma condição de negação, equivocada, da possibilidade de participar como pares na vida social que constroem. Não há representantes políticos, legais dessa classe trabalhadora, por exemplo. Elas não ocupam os espaços políticos como as câmaras de vereadores ou mesmo outros espaços de poder que as coloquem em evidência. Para elas, não há como garantir a inclusão e a participação política de todas, ou mesmo de uma parte, quando estas estão intensamente afetadas pelas decisões estratégicas para o campo da moda no estado.

Outro conceito que nos foi muito caro como critério para a análise e o entendimento do contexto das costureiras do Agreste de Pernambuco, foi o da interseccionalidade, por meio do viés de Lélia Gonzalez. A partir dele, pudemos entender que as mulheres costureiras sofrem uma tripla opressão: de gênero, por serem mulheres; de raça, pela herança indígena e quilombola e do racismo estrutural que acompanha a de classe, pela posição precária e desvalorizada como força de trabalho. Por fim, este conceito compreende essa realidade por meio do diagnóstico da violência da história que se manifesta na vida delas, em sua maioria negras e marginalizadas.

Diante de tudo que foi exposto, podemos concluir avaliando que a moda, como relação de trabalho, é um espaço de saber que permite um certo tipo de emancipação às mulheres agrestinas, pois lhes proporciona um certo status, renda e condição de vida. Contudo, não garante, ao nível discursivo, uma vontade de verdade que as façam combater o patriarcado e o neoliberalismo, por exemplo. Elas são mulheres em cujas vidas econômica e política não se colocam como protagonistas desse contexto. O fardo delas é pesado, pois, enquanto

sujeitas históricas, carregam consigo, até hoje, as consequências sociais que revelam um passado escravocrata, capitalista e patriarcal expresso na baixa renda, no trabalho circunscrito à ambiência doméstica, no acúmulo de atividades entre o trabalho e o cuidar da casa e na pressão violenta do sistema neoliberal e do patriarcado nas suas existências.

A partir de tudo que aqui foi exposto, concluímos reafirmando a importância desse tipo de pesquisa no Brasil, principalmente, o fato de ela ser extraída do campo da moda, um espaço tão ambivalente quando o critério é a justiça social para as mulheres. E comunicamos que esse estudo entra em uma nova fase de aprofundamento, entrevistando novas mulheres, e incorporando outros campos teóricos feministas, como Teresa de Lauretis e a tecnologia de gênero, Joan Scott e o gênero como uma categoria analítica, e Judith Butler e a performatividade de gênero, para que possamos continuar discutindo e aprofundando a emancipação feminina na moda a partir de outras perspectivas, visto que esse tipo de ação colabora para emancipar não só as costureiras agrestinas, mas todas nós que somos mulheres e fazemos da moda um espaço de trabalho e conhecimento.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** Tradução de Arlenice da Silva. São Paulo: Edições SESC SP; Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2014.

BIANCHI, Sabrina R.i; MACEDO, Daniel A. de; PACHECO, Alice G. A uberização como forma de precarização do trabalho e suas consequências na questão social. **Revista direitos, trabalho e política social**, v. 6, n. 10, p. 134-156, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/112554214/A_Uberiza%C3%A7%C3%A3o_Como_Forma_De_Precariza%C3%A7%C3%A3o_Do_Trabalho_e_Suas_Consequ%C3%Aancias_Na_Quest%C3%A3o_Social. Acesso em: 5 mar. 2026.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. Tradução Henrique A. Rego Monteiro. 2ª Ed. São Paulo, Martins Fontes, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/23624>. Acesso em: 12 set. 2025.

CARVALHO, Marcus J. M. de. DE PORTAS ADENTRO E DE PORTAS AFORA. **Afro-Ásia**, n. 29/30, p. 41-78, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48844955>. Acesso em: 6 mar. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, 140(1), 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>. Acesso em 02 out. 2025.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras**: uma breve história das mulheres no Brasil: 1500-2000. São Paulo: Planeta, 2020.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 dezembro de 1970/ Michael Foucault; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 23 edição São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FRASER, Nancy; NICHOLSON, Linda. Social Criticism without Philosophy: An Encounter between Feminism and Postmodernism; In: **Theory Culture and Society**, 1988, V5. Disponível em: 10.1177/0263276488005002009. Acesso em: 02 ago. 2025.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 103, p. 11-39, mar. 1998. Disponível em: 10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239. Acesso em: 12 out. 2025.

GARCIA, Ivana N. **O trabalho na indústria de confecção na era da economia globalizada**: prática de escravidão contemporânea nos bastidores do mundo da moda. 144 f. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais e Trabalhistas). Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília, 2018.

GONÇALVES DE MOURA, Wycara Juliany et al. Ocorrência de sintomas osteomusculares e fatores associados à profissão de costureira no município de Caruaru/PE. **Fisioterapia Brasil**, v. 19, n. 3, 2018. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/09/912720/ocorrenca-de-sintomas-osteomusculares-e-fatores-associados-a-p_GI7tGs6.pdf. Acesso em: 17 mar. 2026.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LOPES, Maria T. **Uma formação do olhar**: o design da informação como conteúdo formador dos professores das licenciaturas brasileiras. UFPE, Recife: 2014. Mimeo. P. 499.

LOTMAN, Iuri. **La semiosfera I**. trad, de Desidério Navarro, Madrid: Ediciones Cátedra, 1996.

MAFFESOLLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MILANÊS, Renata B. **“Todo mundo aqui quer ser patrão”**: pernambucanizando o empreendedorismo no Polo de Confecções de Roupas do Agreste. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/9443> Acesso em: 17 mar. 2026.

PINHEIRO, Silvia S. M.; SOUZA, Marcia de P.; GUIMARÃES, Karoline C. Uberização: a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Serviço Social em Debate**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/serv-soc-debate/article/view/3923>. Acesso em: 5 mar. 2026.

ROMÃO, Renata M. S. Uberização das relações de trabalho = Uberization of work relations. **Revista do Tribunal do Trabalho da 2ª Região**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 138-151, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://basis.trt2.jus.br/handle/123456789/17235>. Acesso em: 5 mar. 2026.

SANTOS, Barbara C. S. **Paridade de participação e emancipação em Nancy Fraser**: reconhecimento e justiça a partir do feminismo. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. 184 f. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2020.tde-10122020-223714>. Acesso em: 30 set. 2025.

SILVA, João P. F.; SILVA, Railane B.; LOPES Maria T. A moda feita pelas mulheres do Agreste pernambucano: trabalho, emancipação e a força da economia criativa. **Colóquio de Moda**, 20., São Paulo. Anais do Colóquio de Moda. São Paulo: ABPEM, 2025.

TORMES, Isabel C. de M. **Efetividade de direitos trabalhistas na cadeia produtiva da moda**: o trabalho invisível das costureiras. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/46540>. Acesso em 26 mar. 2026.

Agradecimentos

Agradecemos aos alunos do Grupo de Estudos em Formação do Olhar, as costureiras que de forma tão gentil conversaram conosco para a realização dessa pesquisa e ao Programa de Iniciação Científica da UFPE.

Dedicamos esse artigo a Teresa Sales, uma grandiosa intelectual brasileira que muito nos ilumina.

Revisora: Maria Leonidas Lopes, socióloga – nida.lopes@hotmail.com